

*Em defesa das fronteiras ideológicas: a secreta diplomacia brasileira e a formação de conexões repressivas entre os países do Cone Sul para o combate ao comunismo**

ADRIANNA CRISTINA LOPES SETEMY**

Universidade Federal do Amapá

Resumo: A partir da pesquisa a documentos diplomáticos produzidos durante as três décadas que antecederam o golpe militar de 1964 no Brasil, pretende-se demonstrar que o monitoramento das atividades de brasileiros no Uruguai e na Argentina pela diplomacia constituiu-se numa prática contínua ao longo do século XX e que, por sua histórica configuração como espaço de integração, a região de fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai possibilitou a formação, desde a década de 1930, de acordos regionais para uma ação coordenada no combate à infiltração comunista, culminando na década de 1970, a partir da implementação dos elementos da Doutrina de Segurança Nacional pelas ditaduras militares, na radicalização do monitoramento e da perseguição de exilados por agentes do Estado

* Artigo submetido à avaliação em 24 de abril de 2014 e aprovado para publicação em 19 de junho de 2014.

** Fez graduação em História na Universidade de Brasília (2005), mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e doutorado em História também no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a tese “Sentinelas das Fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Integra o corpo docente da Coordenação de História da Universidade Federal do Amapá, onde está desenvolvendo a pesquisa intitulada “Diplomacia Secreta: o Itamaraty, o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a conexão repressiva anticomunista na América Latina (1966-1985)”, com recursos do Programa de Apoio a Novos docentes da UNIFAP.

autorizados a transpor fronteiras. Ficou muito longo e difícil de acompanhar. Tenta quebrar em pelo menos 2 ou 3 frases.

Palavras-chave: Diplomacia; Comunismo; Informações.

Abstract: From the research to diplomatic documents produced in a period that includes the three decades preceding the 1964 military coup in Brazil, this paper aims to demonstrate that the monitoring activities of Brazilians in Uruguay and Argentina by the diplomacy, constituted into a continuous practicing throughout the twentieth century, and that for its historical setting as integration space, the border region between Brazil, Argentina and Uruguay, allowed the formation, since the 1930s, of regional agreements for a coordinated action in combating communist infiltration, culminating in the 1970s, from the implementation of elements of the National Security Doctrine by military dictatorships, with the radicalization of monitoring and harassment of exiled by state agents allowed to cross the borders.

Keywords: Diplomacy; Communism; Informations.

Desde a descoberta dos documentos da polícia secreta do ditador paraguaio Alfredo Stroessner¹ em dezembro de 1992, e à medida que novos fundos documentais relacionados ao período das ditaduras militares no Cone Sul tornaram-se públicos e disponíveis para a consulta nos arquivos do Brasil, novas luzes vem sendo lançadas sobre a repressão política sem fronteiras que se instituiu de maneira clandestina ao longo das décadas de 1960 e 1980 na região. A partir da revelação desses documentos, foram produzidos importantes trabalhos que analisam a montagem e funcionamento das estruturas de repressão das ditaduras instituídas durante as décadas de 1960 e 1970, suas especificidades, as

¹ A ditadura deflagrada por Alfredo Stroessner, em 1954, e que se estendeu até o ano de 1989, configurou-se inicialmente nos moldes das ditaduras personalistas de Vargas (1937-1945) e Juan Perón (1946-1952), passando, ao longo da década de 1960, a incorporar elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional.

condições que permitiram a superação de antigas rivalidades regionais e a implementação da colaboração policial e militar até a realização de operações conjuntas, tais como a Operação Condor, quando se alcançou o nível mais alto de conjugação de esforços no sentido de um padrão internacional de perseguição e destruição dos chamados “inimigos internos”.² As pesquisas demonstraram que a base da coordenação repressiva entre as ditaduras foi a troca de informações, e que este intercâmbio foi estabelecido antes de outubro de 1975, quando se supunha ter sido dado início oficial à Operação Condor, durante a realização de uma reunião convocada pelo governo chileno a fim de discutir com os principais representantes do setor de inteligência dos países do Cone Sul métodos mais eficazes de combate à subversão no continente sul-americano, sob a alegação de estar em curso um processo de união das esquerdas através da Junta de Coordenação Revolucionária (JCR) (DINGES, 2005, p. 30-47).³ Samantha Viz Quadrat, por exemplo, considera que a conspiração que resultou na queda do presidente chileno Salvador Allende (1970 – 1973) e subsequente ascensão ao poder do general ditador Augusto Pinochet (1973 – 1990), em 11 de setembro de 1973, foi o ponto de partida para a cooperação entre as ditaduras militares do Cone Sul que contou com a conivência ou participação direta dos EUA (QUADRAT, 2005). Já Henrique Padrós demonstra com base na pesquisa aos documentos existentes no Acervo da Luta contra a Ditadura, mais especificamente nos Fundos Documentais da Secretaria de

² Ver: Padrós (2005) e Quadrat (2004).

³ No capítulo intitulado “Encontro em Santiago”, John Dinges afirma, que “o encontro para criar a Operação Condor” foi realizado na capital do Chile, entre os dias 25 de novembro e 1 de dezembro de 1975, e reuniu coronéis, majores e capitães de 6 países do Cone Sul, todos funcionários do Serviço de Inteligência de seus respectivos países, a fim de discutir um projeto que teria sido elaborado pelo coronel Manuel Contreras, chefe da Dina (Agência de Inteligência do Chile, criada pelo general Pinochet por Decreto de 14 de junho de 1974), com o objetivo de realizar uma “coordenação efetiva” entre as ditaduras, para erradicar os grupos de oposição e rebeldes clandestinos em qualquer parte do mundo. Dinges faz tais afirmações com base no “depoimento de uma testemunha ocular do encontro e em dois documentos entregues aos participantes”, que eram, respectivamente, o programa e a agenda do evento, e a resolução final do Encontro com a assinatura dos chefes das delegações dos países que “ingressavam na nova organização do Chile”.

Segurança Pública do Rio Grande do Sul, que desde a instauração da ditadura militar no Brasil, em 1964, já havia um intenso e corrente fluxo de informações sobre os exilados brasileiros na Argentina e no Uruguai, mesmo quando nestes países ainda vigorava o Estado de direito (PADRÓS, 2005).

Novas pesquisas historiográficas chamaram atenção para o papel da diplomacia brasileira no estabelecimento de conexões entre os agentes repressivos dos países da região do Prata e do estado do Rio Grande do Sul, principal rota de saída para brasileiros que, após o golpe de 1964, deixaram o país e buscaram asilo nos países platinos, bem como para os “pombos correios”⁴ que mantinham a ligação entre os exilados e os grupos que permaneceram no Brasil liderando os movimentos de resistência à ditadura.⁵ Entretanto, estes trabalhos se concentraram em analisar a atuação da diplomacia brasileira junto ao aparato repressivo das ditaduras militares instituídas no Cone Sul durante a década de 1970, considerando que, por terem sido estruturadas com base nos dogmas da Doutrina de Segurança Nacional,⁶ puderam então dar máxima capacidade operativa aos acordos de cooperação policial e militar que já haviam sido firmados nas décadas anteriores entre os países do continente, culminando no velado esquema de coordenação repressiva denominado “Operação Condor”. Os trabalhos demonstraram que o esquema “Condor” contou com a importante participação de autoridades diplomáticas brasileiras para realizar operações que variaram desde a observação e vigilância, até o sequestro, o assassinato e

⁴ Expressão utilizada na documentação oficial produzida pelos órgãos de informações do regime, para se referir a brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam ao Brasil com orientações políticas.

⁵ Importantes análises sobre o exílio de brasileiros no Uruguai e sobre a participação da diplomacia brasileira na conexão repressiva estabelecida entre as ditaduras do Cone Sul foram apresentadas nos seguintes trabalhos: Fernandes (2009) e Marques (2006).

⁶ A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento consistia em um conjunto de ideias desenvolvidas no âmbito das Escolas Militares brasileiras (especialmente a Escola Superior de Guerra e a Escola de Comando do Estado Maior do Exército), a partir da influência das Forças Armadas dos Estados Unidos e das Forças Armadas da França, e que deu os fundamentos teóricos que justificaram a intervenção e permanência dos militares na política após o golpe de 1964.

o desaparecimento de pessoas que deixavam seus países supondo estar a salvo e em segurança nos países vizinhos.

Mais recentemente, a pesquisa a documentos diplomáticos sob a guarda do Arquivo Histórico do Itamaraty, que resultou na tese de doutorado intitulada “Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)” (SETEMY, 2013), demonstrou que para mensurar a dimensão do envolvimento da diplomacia brasileira com os sistemas de informação e repressão da ditadura militar brasileira é preciso extrapolar os marcos temporais relacionados ao período de duração do regime (1964-1985) bem como suas dimensões espaciais, e pensar essa experiência particular enquanto parte de um fenômeno latino-americano mais amplo. A partir dessa perspectiva, foi possível compreender porque, logo após o golpe de 1964, a diplomacia brasileira atuou de maneira destacada e sistemática na produção de informações sobre as atividades de brasileiros (exilados ou não) na Argentina e no Uruguai, especialmente a partir de 1966, ano em que foi criado dentro do Itamaraty o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), com a função de vigiar e controlar os brasileiros exilados no exterior.

O amplo recorte temporal adotado foi definido a partir do fato de ter sido a partir de 1935 e ao longo de todo o período considerado que o “perigo comunista” se constituiu no Brasil enquanto inimigo da nação. Foi ao longo desses anos que se deu a construção progressiva de uma lógica político-repressiva centrada na eliminação do comunismo, sendo, portanto, um período marcado por continuidades e permanências em termos de práticas estatais repressivas e de circulação de discursos políticos relacionados ao problema do comunismo enquanto um mal a ser eliminado, por representar desde uma forma criminosa contra a sociedade até uma forma de ameaça à segurança nacional. O conjunto dessas práticas e discursos políticos anticomunistas constituiu uma das faces do que se pode designar como uma “tradição de segurança nacional”, que ao longo das décadas analisadas foi compartilhada por civis e militares que pertenciam a diferentes esferas de poder que tinham em comum o objetivo de tornar efetivas as políticas de

segurança do Estado, em defesa da nação contra inimigos da ordem social e da segurança.

Ao analisar este longo período procurando compreender suas continuidades e permanências, apesar das rupturas políticas que o caracterizou, percebe-se que não eram novas as relações estabelecidas entre o Itamaraty e a ditadura militar no que se refere à produção de informações por diplomatas a serviço no exterior, visando informar o governo brasileiro a respeito da atividade política de pessoas apontadas como uma ameaça à ordem política e social. Ao contrário, essas relações resultaram do desenvolvimento em longo prazo do intercâmbio velado de informações entre diplomatas, militares e policiais do Brasil, da Argentina e do Uruguai, sobre o qual foi possível imprimir uma das marcas repressivas da ditadura militar, que foi a perseguição aos inimigos do regime para além das fronteiras territoriais do país.

A leitura dos telegramas diplomáticos secretos e sigilosos trocados durante o período de 1935 a 1966, entre a chancelaria e as representações diplomáticas brasileiras em Buenos Aires e Montevideú, demonstrou que nos anos que antecederam a Guerra Fria, o combate ao comunismo em defesa da nacionalidade e da soberania brasileira era ostensivamente assumido pelos representantes diplomáticos envolvidos nesse tipo de atividade, uma vez que o comunismo era entendido como um crime comum contra a ordem social e a nacionalidade. Entretanto, com o decorrer do tempo e a medida que o comunismo passou a ser identificado como uma ideologia, cuja prática implicava em crime político contra a nação, o Itamaraty não mais assumiu seu envolvimento em políticas de Estado de caráter abertamente anticomunista, tornando cada vez mais velada e oculta sua efetiva participação em ações desse tipo, uma vez que contrastavam com a imagem pública do Itamaraty, que ainda hoje se autodefine enquanto instituição que serve a interesses permanentes e suprapartidários, composta por servidores públicos que, ao ingressarem na carreira diplomática, tornam-se herdeiros dos grandes feitos e das qualidades atribuídas ao Barão do Rio Branco,

dentre as quais estão o pacifismo, a cordialidade e a defesa de interesses perenes do Estado em detrimento de questões partidárias e ideológicas.⁷

Ao serem interrogados no sentido de desvendar as continuidades e permanências políticas que caracterizaram o período entre 1935 e 1966, os telegramas diplomáticos revelaram que, embora o anticomunismo tenha sido um elemento constante durante todo o período, suas representações foram se modificando e ganhando novos sentidos com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que se modificavam também as políticas de segurança do Estado voltadas para o combate àquele tipo de ameaça que vinha de fora das fronteiras nacionais, o que implicou em diferentes maneiras de agir por parte dos sujeitos envolvidos com as políticas de repressão à subversão. Nesse jogo de permanências e mudanças, tanto a ideia de comunismo enquanto uma ameaça vinda de fora como as políticas de segurança contra a ameaça por ele representada aparecem como elementos de permanência que, ao mesmo tempo, estiveram em constante transformação ao longo dos trinta anos analisados.

A análise dos telegramas diplomáticos revelou não apenas discursos políticos de caráter radicalmente anticomunistas, como também as práticas políticas animadas por tais discursos, e executadas por diplomatas que, contrariamente ao que informa o conteúdo da documentação analisada, ostentam a tradição de servir aos interesses do Estado brasileiro, independentemente de preferências ou simpatias partidárias ou ideológicas. Em conjunto, pode-se afirmar que as informações contidas nos telegramas configuram uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido, que justificou e sustentou as ações de diplomatas que, no exercício de suas funções, buscaram garantir uma ação coordenada entre os três países para o

⁷ As obras do embaixador Fernando de Mello Barreto são um exemplo dos trabalhos produzidos no âmbito do Instituto Rio Branco que interpretam a atuação da diplomacia no campo decisório da política externa brasileira como resultado do legado que lhes foi deixado pelo Barão do Rio Branco. Estas obras fazem parte de um processo mais amplo de construção e perpetuação da memória institucional do Itamaraty e dos símbolos e ícones que compõem uma “tradição inventada” para dar sustentação à identidade coletiva da diplomacia brasileira. Ver: Barreto (2001; 2006).

combate ao comunismo no continente, constituindo o que Carlos Fico chamou de “narrativa de uma infâmia ou o poder simbólico do algoz” (FICO, 2001, p. 94).⁸

Com base na análise do epistolário diplomático,⁹ pode-se afirmar, portanto, que desde a década de 1930 o Itamaraty agiu de maneira eficaz no combate ao comunismo através da intensa troca de telegramas com as embaixadas brasileiras em Buenos Aires e Montevidéu. Para isso, lançou mão da força de elocução de um discurso anticomunista que constantemente se recriava, ganhava nova vida e sustentava ações de diplomatas que se confrontaram com situações nas quais se revelaram verdadeiros protagonistas na tarefa de defender a nação e o continente contra a ameaça subversiva vinda de fora (FICO, 2001, p. 21-22).

Historicamente, o limite entre o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina demarca uma região de conflitos, onde se constituiu a primeira fronteira viva, habitada, do Brasil. Ali se formou uma região na qual se reconhecem traços comuns, desde a formação sócio cultural e econômica até as imbricações políticas de um lado e de outro. Segundo Ana Luiza Recksiegel, mesmo que a presença do Estado tenha imposto distinções entre uma parte e outra, o contato interfronteiriço ensejou estilos de vida semelhantes em cada um dos lados, o que acabou influenciando, em algumas ocasiões, na existência de uma identidade regional singular que converte a região fronteiriça em espaço de integração (CADERNOS DO CHDD, 2007, p. IX).

Embora tradicionalmente os estudos de limites pensassem a fronteira como *no man's land*, traço de distinção, linha de discórdia, de conflito, de

⁸ Embora tais designações tenham sido empregadas pelo autor para descrever especificamente o modo de agir dos órgãos que constituíam as comunidades de informações e de segurança que atuaram em conjunto durante os anos da ditadura militar no Brasil, são perfeitamente adequadas para descrever o discurso contido nos telegramas diplomáticos que antecederam a implantação do regime militar no Brasil.

⁹ A expressão “epistolário diplomático” refere-se aos livros nos quais foram reunidos, para fins de organização arquivística, os telegramas trocados entre as Embaixadas do Brasil em Buenos Aires e Montevidéu, com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e demais órgãos da administração pública do Brasil, bem como da Argentina e do Uruguai

confronto entre poderes políticos, onde não figurava a presença do poder para além das sonolentas aduanas, a partir do século XX os estudos históricos e geográficos passaram a contribuir para a definição de uma tipologia das interações fronteiriças, (MARTINS; MOREIRA, 2011, p. 12) que permite caracterizar a singularidade da fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai como traço de união e de integração entre as três nações, espaço de vivência onde, apesar de se conservarem as singularidades intrínsecas à língua, à literatura, à música, aos hábitos alimentares e outras expressões de cada uma das nacionalidades, os povos platinos, simbolizados na figura do gaúcho, deixaram de ser estrangeiros entre si, curaram as diferenças e se tornaram habitantes de uma região na qual o país vizinho, com as suas peculiaridades, é também o seu país.

A extensão da linha de fronteira brasileira compartilhada com a Argentina é de 1.261 km, dos quais 708 Km no Rio Grande do Sul (56,14%); e com o Uruguai é de 1.068 Km, somente no estado do Rio Grande do Sul (100%). Pode-se dizer que antes mesmo da formação e independência dos Estados limítrofes, estas regiões foram adquirindo cada vez mais porosidade, ou seja, uma quantidade cada vez maior de pontos permissíveis às passagens – legais ou ilegais – entre uma e outra nação, ou ainda, o desenvolvimento de povoados, vilas e cidades posicionadas na linha divisória. Além da porosidade, outra característica dos limites entre Brasil, Argentina e Uruguai foi o aumento da sua permeabilidade, isto é, com o tempo foi-se adquirindo uma maior facilidade de ultrapassagem por razões políticas, econômicas, tributárias, culturais e de serviços. Essas duas qualidades das fronteiras entre os três países, somadas à relativa homogeneidade topográfica dos lados da linha que define os limites nacionais, favoreceram a atuação de forças centrípetas de integração e interação no plano local, que proporcionaram uma intensa migração política através da fronteira sul do Brasil, especialmente nos momentos de crises políticas e confrontos ideológicos. Quanto à expressão “migrações políticas”, aqui empregada, refere-se especificamente aos deslocamentos temporários de pessoas que ultrapassaram o limite para um ou outro lado da fronteira por razões

ideológicas e políticas, e pode ser entendida como uma tradução jurídica do termo “exílio”, categoria própria da literatura, liberta das amarras e convenções que ao longo do século XX passaram a regulamentar a concessão de asilo político.

Além dos relatos de vida, da literatura e da poesia regionais,¹⁰ que atualmente constituem um importante registro das experiências e dos sentimentos de perseguição e coação vivenciados nesse espaço de trânsito migratório e de ação política, a documentação encontrada nos arquivos do Itamaraty registra, com as palavras do dia-a-dia das chancelarias, o empenho da diplomacia brasileira em promover o combate à infiltração comunista no continente através de uma rede de ajuda recíproca constituída por autoridades diplomáticas, governamentais, militares e policiais dos países do Prata. Essa documentação contém o registro que a região de fronteira ao sul do Brasil não foi apenas rota de passagem para exilados, fugitivos e pombos-correios, mas foi também o lugar onde se estabeleceu a conexão repressiva entre os países do Cone Sul, através da constante e intensa troca de informações entre representantes políticos, diplomáticos, militares e policiais dos três países, tendo em vista a necessidade de vigiar conjuntamente essas mesmas rotas contra a passagem de pessoas que eram consideradas uma ameaça à ordem e à segurança.

A pesquisa a documentos diplomáticos produzidos em um período que inclui as três décadas que precederam o golpe militar de 1964 demonstrou que o monitoramento das atividades de brasileiros no Uruguai e na Argentina pela diplomacia brasileira antecedeu o estabelecimento das ditaduras no Cone Sul e constituiu-se numa prática contínua ao longo do século XX, ganhando maior intensidade e sistematicidade especialmente nos períodos que se seguiram à derrota do levante comunista de 1935; ao golpe

¹⁰ Como exemplos, destaco a obra poética de Mário Benedetti, especialmente a seguinte obra: BENEDETTI, Mário. *El Olvido está lleno de memoria*. Montevideo: Cal y Canto, 1995; a obra literária de Eduardo Galeano, especialmente a seguinte obra: GALEANO, Eduardo. *Días y noches de amor y de guerra*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005; e o livro reportagem do jornalista Luis Cláudio Cunha: CUNHA, Luis Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

de Estado de 1937, que antecedeu a implantação do Estado Novo (1937-1945) e ao golpe militar de 1964, ocasiões em que foi intensificada a perseguição política a comunistas - considerados os principais opositores dos regimes então vigentes - e, conseqüentemente, cresceu o movimento migratório dos perseguidos em busca de apoio logístico e de proteção nos países vizinhos.

Conforme indicam os telegramas diplomáticos analisados, nos 3 momentos históricos relacionados, a Argentina e o Uruguai foram importantes aliados do Brasil no controle das fronteiras contra a movimentação e expansão do comunismo pelo continente. Por outro lado, os telegramas registraram que Montevidéu e Buenos Aires exerceram também um papel polarizador na direção das migrações políticas que se seguiram a tais períodos de crise institucional. Quer como pontos de apoio às atividades políticas, quer como base às ações políticas, ideológicas e de logística militar (como, por exemplo, a compra de armamentos), foi para além dos limites nacionais do Brasil, em território uruguaio e argentino, que perseguidos políticos encontraram um espaço de segurança ou de apoio para exercerem suas atividades de oposição, apesar da severa vigilância policial, militar e consular a que estiveram submetidos, ainda que, muitas vezes, sem saber.¹¹

Com relação ao período que se seguiu ao golpe militar de 1964, através do Ato Institucional n. 1(AI-1), baixado em 9 de abril de 1964, ficaram suspensos por dez anos os direitos políticos de todos os cidadãos vistos como opositores ao regime, dentre eles congressistas, militares e governadores. Por meio do AI-1, o regime militar pode cassar e suspender os direitos políticos de cidadãos contrários à implantação da ditadura, o que resultou no expurgo de políticos e opositores, que em sua maioria optaram pelo exílio político. Também deixaram o Brasil aqueles que se recusaram a

¹¹ Estas considerações foram pensadas a partir de notas e rascunhos do professor e geógrafo especialista em geografia de fronteira, Gervásio Rodrigo Neves, professor titular livre docente da UFRGS e ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

viver sob uma ditadura, mesmo que não estivessem sendo diretamente perseguidos ou ameaçados. Por sua sólida tradição democrática e de solidariedade aos asilados políticos, o Uruguai foi o país que abrigou grande parte do que Denise Rollemberg (1999, p. 50) definiu como a primeira geração de exilados brasileiros,¹² e Montevideu tornou-se a “capital do exílio” para onde seguiram personalidades políticas, tais como o presidente João Goulart, o ex-chefe da Casa Civil e reitor da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro; o ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola; um dos principais assessores de Brizola, Paulo Schilling; e um dos líderes da revolta dos marinheiros, em 1964, o almirante Cândido Aragão. Não apenas as personalidades políticas, mas também os brasileiros que decidiram deixar o país após o golpe militar encontraram apoio e afinidades políticas junto à sociedade e as autoridades uruguaias, destacando-se a objeção ao golpe, o discurso nacionalista, o anti-imperialismo estadunidense, o apoio às questões trabalhistas e à Revolução Cubana.¹³ Acolhidos, contudo, não deixaram de ser monitorados por autoridades policiais e militares locais, bem como por setores da sociedade

¹² Segundo Denise Rollemberg, o exílio brasileiro, dos anos 1960 e 1970, foi uma experiência vivida pelo que se pode considerar duas gerações, a de 1964 e a de 1968, e ainda que seu propósito não tenha sido trabalhar com as duas gerações de forma dicotômica e monolítica, ela procurou traçar diferenças e oposições que, na sua perspectiva, permitiriam uma melhor compreensão do exílio. Segundo a definição proposta pela autora: “Em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB. Quando foram para o exílio já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente. Embora a geração de 1964 tenha se exilado em vários países (México, Chile, Bolívia, Argélia, França) Montevideu foi, sem dúvida, o grande pólo de concentração, a capital do exílio, sobretudo, em uma primeira fase. Já a geração de 1968 está identificada a militantes mais jovens, extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizavam a ação revolucionária – de massas ou de vanguarda. Os eventos e as lutas do pós-1964 [...] são as referências. Quando partiram, ainda não possuíam, em sua maioria, uma profissão definida e vivenciaram o exílio em seus anos decisivos de formação como indivíduos e profissionais. As principais cidades do exílio da geração 1968 foram Santiago e Paris.”

¹³ Para uma análise mais detalhada sobre o exílio de brasileiros no Uruguai e suas repercussões na imprensa uruguia, ver: Marques (2006).

que se posicionaram a favor da ditadura brasileira. Além disso, estiveram sob a mira das autoridades diplomáticas brasileiras creditadas na embaixada do Brasil em Montevideu que, em cooperação com setores da polícia e das agências de informações uruguaias, empenharam-se em manter o governo brasileiro informado de todos os passos dos exilados em Montevideu e também dos “pombos-correios” que atravessavam a fronteira entre os dois países, procurando manter a conexão entre os exilados e a resistência interna ao regime militar brasileiro.

Cada uma das “vagas” de migrações políticas - tanto as da década de 1930 como, posteriormente a da década de 1960 - se caracterizou por problemas próprios à sua época. Apesar das suas especificidades, um elemento comum a todas foi a representação do migrante político como sujeito perigoso para sua pátria de origem e também para a pátria que o acolheu. Esta representação está registrada nos telegramas e outros documentos oficiais produzidos pelos representantes diplomáticos do Brasil no exterior. Diante da necessidade de manter sob severa vigilância as atividades dos emigrados políticos brasileiros que buscaram acolhimento na Argentina e no Uruguai, os três países adotaram, ao longo da história platina, políticas de colaboração recíproca para a vigilância das fronteiras comuns, as quais não estiveram limitadas à troca de informações, mas implicaram no emprego de forças militares e policiais em território estrangeiro, a fim de sufocar a expansão de rebeliões internas. Os telegramas trocados, especialmente nos períodos de crise política que se seguiram ao levante comunista de 1935, ao golpe de 1937 e ao golpe militar de 1964, registram também a relativa autonomia diplomática do Rio Grande do Sul em relação ao Uruguai e a Argentina, traduzida em casos de intervenção direta das autoridades policiais e militares do estado brasileiro em assuntos internos daqueles países, bem como a situação de liberdade vigiada de brasileiros que deixaram o país e continuaram sendo monitorados por autoridades brasileiras em território argentino e uruguaio.

Por sua histórica configuração como espaço de integração, a região de fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai, possibilitou a formação de

acordos regionais para uma ação coordenada no combate à infiltração comunista no continente, que teve início ainda na década de 1930 e culminou, na década de 1970, com a radicalização do monitoramento, da espionagem e da perseguição a emigrados políticos por agentes de Estado autorizados a transpor fronteiras. A “indiferenciação” entre política interna e política externa no que se referia à aplicação de métodos para o combate ao comunismo legitimou as autoridades políticas, policiais e diplomáticas dos países da região do Prata a extrapolar os princípios fundamentais do Direito Internacional de respeito aos limites territoriais e à soberania das nações, previstos nos acordos regionais de coordenação policial e judicial e também nos acordos de coordenação militar firmados entre si desde o início do século XX, e a aplicarem para além das fronteiras nacionais os mesmos métodos de vigilância e repressão que eram aplicados para a segurança interna de seus países. De tal situação, pode-se inferir que a Operação Condor consistiu na continuação de uma longa tradição de cooperação e troca de informações entre autoridades policiais e militares da região, enquanto parte de uma prévia tradição de segurança nacional que se constituiu ao longo do século XX. Essas trocas foram muitas vezes mediadas pela ação de representantes diplomáticos, a fim de controlar os riscos de infiltração de grupos estrangeiros indesejáveis através das fronteiras internacionais.

O conjunto de telegramas diplomáticos analisados é um registro da dimensão burocrática e rotineira da repressão e consiste em importante fonte para que se possa conhecer quem o Estado manteve sob vigilância e a maneira como essas pessoas e suas atividades foram secretamente representadas na documentação produzida no âmbito do Estado. É um registro da ação e do discurso de sujeitos que, na condição de servidores públicos, foram individualmente responsáveis pela autoria de informações a respeito daqueles que haviam deixado o país em busca de proteção contra os agentes da repressão que, contudo, mantinham-se informados a partir da ação secreta de agentes diplomáticos. Por último, os telegramas registram as convicções partidárias e ideológicas pessoais dos representantes da

diplomacia brasileira e o “excesso de zelo” com que controlaram a atividade política de brasileiros no exterior.

Pode-se afirmar, com isso, que foi no luxo dos salões e repartições diplomáticas que os chanceleres brasileiros, investidos da função de servidores, participaram de maneira decisiva de atividades de informações, segurança e repressão, a partir da execução de tarefas rotineiras, redigindo informes sobre as atividades de brasileiros exilados no exterior, sobre a presença ou passagem pelo Brasil de estrangeiros considerados suspeitos por suas ideias e atividades políticas, ou ainda, empenhando-se em defender nos foros internacionais a necessidade de ações repressivas conjuntas contra o perigo da infiltração comunista nos países do continente. O excesso de zelo com que alguns diplomatas desempenharam essas funções, em alguns casos antecipando ou mesmo excedendo a própria iniciativa do Estado, são representativos que dentro do Itamaraty, assim como dentro do aparelho de Estado como um todo, havia indivíduos que fizeram uso da posição pública que ocupavam para potenciar a aplicação de convicções pessoais, sem considerar a moralidade de seus atos. Apesar de não terem descido aos porões ou participado diretamente das prisões, das torturas e, em última instância, da morte dos inimigos políticos do Estado, estes funcionários foram importantes agentes do processo de aceleração mórbida do maniqueísmo político.¹⁴

Os telegramas trocados entre autoridades diplomáticas, políticas, policiais e militares do Brasil, da Argentina e do Uruguai, são um registro que paralelamente à execução da política externa brasileira, os representantes

¹⁴ Segundo Max Weber, a honra do servidor público está em executar conscienciosamente as ordens das autoridades superiores, mesmo que as ordens lhes pareçam erradas. O bom funcionário público pressupõe, portanto, disciplina moral e omissão voluntária. A partir de uma leitura da experiência do Nazismo na Alemanha e do Holocausto, Hannah Arendt, cujas reflexões políticas nortearam esta narrativa histórica, não exime de responsabilidade individual o servidor que, no cumprimento de suas funções públicas, executa ordens do Estado, mesmo sob a alegação de desconhecer a intenção de perseguir e eliminar opositores políticos. Arendt interpreta este tipo de comportamento como uma afronta à dignidade humana, que se sobrepõe às opções ideológicas ou disputas partidárias, e constitui o que ela denominou como “banalização do mal”.

diplomáticos brasileiros atuaram naqueles países como “espiões autorizados” ou recrutaram seus próprios agentes secretos para realizar ações encobertas de coleta de dados relativos ao desenvolvimento de atividades comunistas em território estrangeiro. Além disso, trouxeram a tona situações que demonstram que foi através da cotidiana e rotineira troca de telegramas com as embaixadas do Brasil no exterior que o Itamaraty se constituiu, na prática e de fato, enquanto importante agente de informações a serviço do Estado brasileiro em território estrangeiro. Com isso foi possível demonstrar que a destacada atuação da diplomacia brasileira na produção de informações sobre as atividades de brasileiros na Argentina e no Uruguai e sobre o seu possível retorno ao Brasil, constituiu-se enquanto prática legítima e rotineira (ainda que velada) ao longo das décadas que antecederam a instituição dos governos militares no Cone Sul. A partir da perspectiva adotada, foi possível esclarecer que o CIEEX, frequentemente apontado por trabalhos anteriores¹⁵, como órgão secreto de espionagem criado em 1966 a fim de ajustar as atividades da diplomacia brasileira no exterior aos interesses e às diretrizes de segurança da ditadura militar brasileira, foi erigido sobre bases legais e institucionais mais antigas, fruto de uma prévia tradição de segurança nacional que perpassou diferentes regimes e governos ao longo da história política do Brasil.

Além de elucidar importantes temas relacionados à cooperação internacional entre órgãos de informação e contrainformação dos países da América Latina, e à formação e operacionalização de uma rede externa de repressão que violou direitos de brasileiros que se exilaram no exterior por se oporem à ordem vigente no país em diferentes momentos da história política do Brasil, os resultados da pesquisa colocam em questão as abordagens que consideram a Doutrina de Segurança Nacional como um corpo de ideias fechado e unificado, que por si só explicaria os golpes militares e a escalada repressiva nos países do Cone Sul durante as décadas de 1960 e 1970. No Brasil, por exemplo, leituras como a de Carlos Fico estão abrindo a “caixa fechada” da Doutrina de Segurança Nacional e questionando abordagens de

¹⁵ Refiro-me aos trabalhos de Pio Penna Filho e também ao livro de David do Nascimento Batista, citados nas referências bibliográficas.

cientistas políticos, sociólogos e historiadores¹⁶ que tradicionalmente atribuíram grande importância ao caráter lógico, sistêmico e sistematizador da ideologia ou doutrina de segurança nacional, frequentemente apontada enquanto um patrimônio exclusivo das Forças Armadas. A pesquisa aos documentos diplomáticos demonstrou que a adoção da Doutrina de Segurança Nacional pelas Forças Armadas não é o fator que explica os golpes na América Latina ou a escalada repressiva que resultou, dentre outros aspectos, na criação de um órgão de informações dentro do Itamaraty, o CIEX. Ao contrário, a adoção deste conjunto de ideias, dispersas em fragmentos e ensinamentos militares vindos de diferentes origens, bem como sua sistematização na forma de uma doutrina, no contexto da Guerra Fria, é parte de uma tradição de segurança nacional que se constituiu anteriormente dentro da sociedade brasileira, compartilhada tanto por setores militares como por setores civis da sociedade, e que deu sustentação aos 21 anos de regime militar e seu respectivo aparato repressivo (FICO, 2001).

Ao ser interrogado, o epistolário da diplomacia brasileira deu voz ao longo silêncio acerca do envolvimento do Itamaraty com atividades de informações visando o combate ao comunismo e também a diplomatas que, de maneira velada, foram verdadeiros missionários na obra de repressão ao comunismo no continente. Lançando mão de argumentos políticos e econômicos, muitas vezes de caráter restritivo, esses diplomatas buscaram persuadir as autoridades políticas e militares dos países vizinhos no sentido de coordenar ações de repressão e combate à expansão do comunismo no continente. A ausência de comentários oficiais da diplomacia brasileira a respeito de tais questões faz parte da estratégia de coesão e de construção de identidade deste grupo, a fim de conservar intacta a tradição do Itamaraty, construída em torno do legado deixado pelo Barão do Rio Branco, de respeito ao direito e aos regimes internacionais como princípio norteador da Política Externa Brasileira. Como disse Jorge Luis Borges, sobre o esquecimento:

¹⁶ São exemplos os seguintes trabalhos: Comblin (1978); Oliveira (1976); e Martins (1999; 2008).

Es una posesión, porque
 El olvido
 Es una de las formas de la memoria,
 Su vago sótano,
 la outra cara secreta de la moneda.¹⁷

O epistolário da diplomacia é uma possível porta de entrada para este vago sótão, que embora esquecido ou silenciado, está cheio de memórias a serem contadas, reveladas.¹⁸

Referências

Arquivo Histórico do Itamaraty - Rio de Janeiro (AHI-RJ)

110.1, lata 816, maço: 11.603.

111.74, lata:1686, maço:35.275.

352.11, lata 921, maço:14.192.

352.11, lata 926, maço:14.323.

500.1, lata 1798, maço: 35.825.

500.1, lata 1860, maço: 36.110.

500.1, lata 1875, maço: 36.183.

500.1, lata 1875, maço: 39.143.

500.1, Lata 980, maço 15.604.

502.35, lata 1861, maço: 36117.

502.35, lata: 1462, maço:33.292.

502.35, lata:1861, maço:36116.

600.1(41), lata 1551, maço:33.784.

IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

¹⁷ Referência ao poema de Jorge Luis Borges, intitulado “Un Lector”.

¹⁸ Referência ao poema de Mario Benedetti, intitulado “¿Cosecha de la nada?”. In: BENEDETTI, Mário. *El Olvido está lleno de memoria*. Montevidéu: Cal y Canto, 1995.

511, lata 1402, maço: 32571.

100.1, lata 815, maço 11.565.

100.1, lata 815, maço 11.566.

100.1, lata 815, maço 11.566.

100.1, lata 815, maço 11.567.

100.1, lata 815, maço 11.567 B.

Ofícios Recebidos do Conselho de Segurança Nacional.

Ofícios Expedidos para o Conselho de Segurança Nacional.

Telegramas Expedidos para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires (1935-1963).

Telegramas Recebidos da Embaixada do Brasil em Buenos Aires (1935-1963).

Ofícios da Embaixada do Brasil em Montevidéu (1935-1964).

Telegramas Expedidos para a Embaixada do Brasil em Montevidéu (1935-1963).

Telegramas Recebidos da Embaixada do Brasil em Montevidéu (1935-1963).

Ofícios da Embaixada do Brasil em Montevidéu (1935-1964).

Arquivo Histórico do Itamaraty - Brasília (AHI-BSB)

500.1, maço: 86.269.

x1.6.1.5.2, doc:80.992-960.111.

Caixa 103, doc. 502.35.

Caixa 29, doc.: 502.35.

03.03.04, doc.:502.35 e anexo.

Caixa 28, doc.: 502.35.

Caixa 49, doc. 620.6(00).

x1.05.6.5.7, doc.:86.262.

I e II Reuniões de Consulta dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

Telegramas Expedidos para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires – Secretos e sigilosos (1964-1966).

Telegramas Recebidos da Embaixada do Brasil em Buenos Aires – Secretos e sigilosos (1964-1966).

Ofícios da Embaixada do Brasil em Montevidéu – Secretos e sigilosos (1964-1966).

Telegramas Expedidos para a Embaixada do Brasil em Montevidéu – Secretos e sigilosos (1964-1966).

Telegramas Recebidos da Embaixada do Brasil em Montevidéu – Secretos e sigilosos (1964-1966).

Ofícios da Embaixada do Brasil em Montevidéu – Secretos e sigilosos (1964-1966).

Acesso mediante a internet

Coleção Informante militar-X9. Disponível em: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 24 mar. 2013.

Relatórios anuais do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1803/contents.html>. Acesso em: 24 mar. 2013.

Obras de apoio

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- BARRETO, Fernando de Mello. *Os sucessores do barão (1912-1964)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001, 2v.
- BATISTA, Davis do Nascimento. *Habitus diplomático – um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*. Pernambuco: UFPE, 2010.
- BENEDETTI, Mário. *El Olvido está lleno de memória*. Montevideú: Cal y Canto, 1995.
- Cadernos do CHDD*. Brasília: FUNAG, 2007, p. IX.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CUNHA, Luis Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de Terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001
- GALEANO, Eduardo. *Días y noches de amor y de guerra*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2006.

- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern. *As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos*. Boa Vista: UFRR, 2011.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 12, jun. 1999, p. 68-69.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, jun. 2008. Disponível em:
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 2004, p. 290-305.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2. jul.-dez. 2007.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1964-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- PENNA FILHO, Pio. Política externa dos governos militares. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 64*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 21 nov. 2011. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/87>. Acesso em: 21 mar. 2013.

- QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio e Janeiro: Record, 1999.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- TORRES, Andréa Sanhudo. *Imprensa: política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- WEBER, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.